

A segunda fase de negociação da dívida externa brasileira

ARY WADDINGTON

O Brasil iniciou há duas semanas a segunda fase de negociação de sua dívida externa. Ela contempla a renovação de aproximadamente US\$ 7,5 bilhões de empréstimos vencíveis em 1984 (os de 1983 foram renovados na primeira fase), uma nova operação de US\$ 6,5 bilhões para cobrir o déficit em conta corrente e a tentativa de receber US\$ 3,5 bilhões referentes à primeira fase de negociação mas ainda não liberados. Estamos, portanto, tratando de uma cifra de ordem de 17,5 bilhões.

Os US\$ 7,5 bilhões de renovação de empréstimos, com 5 (cinco) anos de carência, deverão ser plenamente aceitos, pois a comunidade financeira internacional há muito tempo sabia ser inevitável essa renovação. A liberação desses recursos, no entanto, depende fundamentalmente da adoção, por parte do Brasil, de uma posição firme em termos da apresentação de suas reivindicações, não sendo de se prever, em qualquer hipótese, que tal liberação venha a decorrer de um ato de magnanimidade de nossos credores.

A nova operação de US\$ 6,5 bilhões, na medida em que se destina a viabilizar o pagamento de atrasados cambiais de US\$ 3,5 bilhões e a atender o pagamento de parte dos juros vencíveis no ano de 1983, será subscrita, principalmente, pelos bancos que têm atrasados ou juros a receber, pelos grandes bancos norte-americanos credores do Brasil, e por alguns poucos bancos europeus e regionais norte-americanos. É possível que a operação deixe um resíduo de 20% a 40%, saldo esse que deverá ser incorporado à fase subsequente de negociação, relativa à parte dos juros vencíveis no segundo semestre de 1984.

Quanto ao saldo não liberado de US\$ 5,0 bilhões relativo à primeira fase de negociação, duas tendências de comportamento podem ser previstas. A parcela de recursos relativa ao Projeto I e aos recursos do FMI, no valor aproximado de US\$ 2,5 bilhões, deverá ser efetivamente liberada, já que os participantes dessa negociação precisam regularizar a situação contábil das operações existentes. Quanto aos saldos

dos Projetos III e IV, qualquer tipo de pressão se afigura inócu e desgastante, já que credores envolvidos mostram-se inflexivelmente determinados a não ceder ao esquema sugerido, desde a primeira fase de negociação. Impõe-se, nesse caso, ceder aos argumentos de nossos credores, pois eles serão os primeiros a apoiar o Brasil quando sentirem que o país está no caminho de sua recuperação. A segunda parcela de US\$ 2,5 bilhões, correspondente aos recursos do Clube de Paris e de outros organismos internacionais, deverá ser também aprovada, ainda que somente uma parte da mesma seja efetivamente liberada na vigência da atual fase de negociação.

O importante a destacar nessa segunda fase de negociação da dívida externa é a nossa mudança de atitude. Fiéis à nossa tradição de honradez, continuamos querendo pagar nossas dívidas, mas agora de forma mais realista, segundo nossas possibilidades efetivas de cumprir os compromissos assumidos. Na fase atual de negociações devemos assumir compromissos apenas com o possível, ainda que ele não corresponda às aspirações de nossos maiores credores. Essa atitude de somente aceitar condições sérias, que possam ser cumpridas, constitui condição indispensável para que possamos evoluir para uma última etapa de negociação, quando iremos discutir não o destino de nossos credores, mas, fundamentalmente, o destino de nosso país.

O Brasil precisa de um Plano de Ação que, além de viabilizar o cumprimento de seus compromissos internacionais, conduza o País a um futuro condizente com as legítimas aspirações de seu povo. A eliminação dos focos de pobreza, a absorção da mão-de-obra desempregada, a redução do sub-emprego, a redução das tensões sociais e incertezas provocadas pelas elevadas taxas de inflação que o País vem suportando nos últimos quatro anos são também compromissos do Governo para com o povo brasileiro.

ARY WADDINGTON é Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid)